Aotearoa / Nova Zelândia: mudança na propriedade e gestão das plantações do Estado

No ano passado, participei numa conferência realizada na Cidade do Cabo, sobre a questão que dá título ao presente artigo, onde, aparentemente, era enfatizada a participação do setor privado na propriedade e gestão das plantações. Como indígena de um país que possui grandes áreas com plantações de monoculturas de espécies exóticas, nunca tinha pensado muito na propriedade dessas áreas. No meu país, historicamente, as plantações são de propriedade do Estado, embora, nos últimos tempos, tenham sido vendidas algumas delas. Por princípios éticos, sou contra a privatização de bens do Estado, por parte de um governo qualquer, e a considero uma medida econômica errada. No entanto, também sou contra a proliferação de monoculturas de árvores em grande escala; portanto, fiquei entusiasmado com a recente mudança de atitude do governo desse país, a qual, aparentemente, dava maior destaque (no que diz respeito a novas plantações) às espécies nativas e ao controle da erosão. A verdade é que não pensei que essa iniciativa fosse muito longe e, certamente, foi frustrante ver a relativamente pequena área plantada com espécies nativas, mas achei que, de qualquer forma, era uma mudança de atitude significativa, voltada, em maior medida, para a conservação. Cabe, pois, se perguntar: será tão ruim que o setor privado se encarregue da propriedade e gestão dessas grandes plantações?

Eu daria ao governo uma injeção de fundos para reformas sociais e o libertaria da necessidade de levar a efeito programas florestais impopulares. Esse, pelo menos, parecia ser um dos principais fios da argumentação na conferência da Cidade do Cabo, e há muito de verdade nessa filosofia, mas anos de experiência no terreno político me ensinaram que deve existir um motivo subjacente por baixo do argumento. Lembrei das palavras do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD, em inglês), no fórum sobre Mecanismo de Desenvolvimento Limpo realizado na Convenção Mundial para o Desenvolvimento Sustentável: "Não havendo um motivo comercial a ser impulsionado, trata-se de caridade". A mensagem dessa declaração é clara (e esses eram empresários responsáveis e conscientes, considerados bons rapazes): os empresários não têm por costume se dedicar à caridade. Então, como é que isso se relaciona com a venda de plantações por parte dos governos? Bem, se apenas vão ser derrubadas e não vão ser usadas como fonte de abastecimento permanente, talvez, me interesse uma ova. Afinal, trata-se de espécies invasoras e de uma relíquia da colonização. Contudo, do ponto de vista comercial e de investimento, derrubá-las e ir embora não parece uma solução rentável. Não, pelo menos, se compradas por um preço razoável; do contrário, isso diz muito sobre a capacidade comercial do governo que está vendendo.

Portanto, é necessário levar em conta as implicações a longo prazo da propriedade dessas plantações nas mãos de pessoas com antecedentes provados de redução de postos de trabalho, uso de substâncias químicas tóxicas, corte rente com maquinário pesado e investimento em pesquisa em engenharia genética. Por que a gente deve considerar isso? Porque "não havendo um motivo comercial a ser impulsionado, trata-se de caridade". As medidas acima mencionadas aumentam a margem de lucro, e esse é um motivo comercial: a margem de lucro. Ao administrarem as áreas com plantações, os governos têm a obrigação de ponderar o custo social das medidas que estão aplicando, pois caso sejam impopulares demais, os governantes podem ficar, eles próprios, na

fila dos desempregados na próxima eleição. Na maior parte dos nossos países, temos a possibilidade de nos livrar, nós próprios, dos governos que tomam decisões impopulares demais. Porém, não podemos escolher a diretoria das empresas que vão gerenciar as plantações em regime de privatização, e esse é o problema. As empresas não têm as mesmas limitações de margem de lucro que podem ter os governos. Entretanto, se forem vendidas, o governo poderia, é claro, contornar a situação, dizendo o terrível que era, segundo ele, a empresa em questão, mas que é preciso deixar florescer a livre empresa, apesar de umas poucas falhas. Esse é o problema que eu vejo na venda dessas monoculturas de árvores. Outros vão ficar com o lucro e nós vamos continuar pagando o preço, com a diferença de que vai ser um preço bem maior e que não vai haver ninguém para responsabilizar pelos impactos sociais.

Se no seu país está sendo colocada a privatização de plantações, então, pense nos porquês e no que aconteceria se..., antes de deixar rolar como uma coisa que não lhe diz respeito, pois apenas se trata de plantações e você, de mais a mais, não gosta delas.

Por: Sandy Gauntlett, correio eletrônico: sandygauntlett@hotmail.com